

XIII Reunião de Antropologia do Mercosul
22 a 25 de Julho de 2019, Porto Alegre (RS)

Grupo de Trabalho: GT 21 - Antropologia Política das Situações de Crise

**Rompimentos de barragens, pescadores artesanais e dramas sociais:
o desastre da Cataguazes de Papel no Rio Paraíba do Sul 15 anos depois**

Fernanda Pacheco da Silva Huguenin
Silvia Alicia Martínez

O Paraíba do Sul nasce na Serra da Bocaina (SP) e percorre cerca de 1.120 km até a foz, em Atafona, município de São João da Barra (RJ). Compõem a bacia hidrográfica os rios Jaguari, Paraibuna, Pirapetinga, Pomba e Muriaé pela margem esquerda, e os rios Una, Bananal, Piraí, Piabanha e Dois Rios pela margem direita, abrangendo uma área de aproximadamente 55.500 Km². A uma altitude média de 370 m, o rio atravessa três estados brasileiros – Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A área coberta pela bacia em cada estado é nas proporções de 20.900 km², 13.900 km² e 20.700 km², respectivamente. Pela abrangência territorial no condomínio destes três estados, o Paraíba do Sul é um rio federal. Sua diversidade geográfica permite classificá-lo ao longo de seu percurso em 4 categorias:

1. Curso Superior: a uma altitude de 572 m, declividade média de 4,9 m/Km e extensão de 317 Km, este trecho está situado entre a nascente e a cidade de Guararema (SP).
2. Curso Médio Superior: compreende uma extensão de 208 Km entre Guararema (SP) e Cachoeira Paulista (SP), a uma altitude de 515 m e declividade média de 0,19 m/Km.
3. Curso Médio Inferior: a uma altitude de 20 m e declividade média de 1,0 m/Km, este trecho compreende uma extensão de 480 Km entre as cidades de Cachoeira Paulista (SP) e São Fidélis (RJ).

4. Curso Inferior: numa declividade média de 0,22 m/Km, este trecho está situado entre São Fidélis (RJ) e São João da Barra (RJ), com extensão de 95 Km.

A Bacia é responsável por gerar energia hidrelétrica e possui 04 reservatórios: Paraibuna, Jaguari e Santa Branca, localizados no estado de São Paulo e a Represa do Funil, situada entre os municípios de Itatiaia (RJ), São José do Barreiro (SP) e Areias (SP). No estado do Rio de Janeiro, o rio percorre 37 municípios e é um dos principais recursos hídricos de abastecimento para a população fluminense, fornecendo água para mais de 14 milhões de habitantes.^[1]

Na última década, o rio tem apresentado pouco volume de água, fato que pode ser explicado não apenas pelos períodos de estiagem, mas também pelo desvio feito pela barragem de Santa Cecília, em Barra do Piraí (RJ), onde ocorre a transposição de grande parte de suas águas para o rio Guandu, com o objetivo de abastecer a região metropolitana do Estado. Por outro lado, o curso não transposto também é responsável pelo abastecimento urbano de outros municípios fluminenses, além do fornecimento de água para irrigação de lavouras agrícolas e para a pecuária. O Paraíba do Sul enfrenta, ainda, o desmatamento de áreas ribeirinhas e sua ocupação por moradias irregulares, que despejam esgoto *in natura*. Além disso, a mineração para extração de areia destinada à construção civil está relacionada à perda de solo e ao consequente abandono das cavas ao término da atividade.

Após a industrialização da região Sudeste, o Paraíba também vem enfrentando graves e recorrentes acidentes ambientais, cuja poluição têm provocado sua degradação em proporções cada vez mais elevadas, especialmente nos trechos que cruzam ou tangenciam áreas urbanas (DE SOUZA JR, 2004). Além disso, toda a bacia sofre com o problema do lançamento de esgoto doméstico sem tratamento e de resíduos sólidos, além de estudos recentes apontarem para a presença de agrotóxicos na água.^[2]

No entanto, a degradação do rio Paraíba do Sul pode ser percebida pela população de modo mais flagrante sempre que acontecem desastres

ambientais nos rios da bacia. A partir da década de 1980, houve cinco episódios de maior escala:

1. 1982: rompimento da barragem de lama tóxica da Cia. Paraibuna de Metais, no rio Paraibuna;
2. 1984: acidente rodoviário em que um caminhão despejou 30 mil litros de ácido sulfúrico no rio Piabanha;
3. 1988: vazamento de 150 litros de ascarel, contidos em 3.000 litros de água utilizada para apagar o incêndio de transformadores na Thyssen Fundições;
4. 2003: rompimento da barragem da indústria Cataguazes de Papel, que despejou no rio Pomba cerca de 1,2 bilhão de litros de rejeitos químicos, subprodutos da fabricação de papel;
5. 2008: vazamento de um dique da empresa SERVATIS S.A., que lançou cerca de 8 mil litros de um produto chamado Endosulfan no Rio Pirapetinga.^[3]

De acordo com a pesquisa de mestrado de Fernanda Huguenin (2006), os rompimentos das barragens das Cia. Paraibuna de Metais, em 1982, e da Cataguazes de Papel, em 2003, foram fatos sociais totais, visto que os despejos de efluentes industriais na Bacia cancelaram a normalidade do fluxo ordinário da vida, dando lugar às experiências dos dramas sociais. À luz da Antropologia Política de Victor Turner (1974; 1980) o drama social é estruturado por um processo de rupturas, crises, reformas, reconciliações e rompimentos:

[...] o drama consiste em um modelo de quatro estágios, procedendo da ruptura de alguma relação vista como crucial no grupo em questão, relação que lhe fornece não só o seu contexto [setting], mas também muito de seus objetivos, através de uma fase de rápida ampliação da crise na direção da mais importante linha dicotômica de clivagem do grupo, para a aplicação de meios legais ou rituais de reparação ou reconciliação das partes em conflito, no campo da ação. O estágio final é a expressão

pública e simbólica da reconciliação ou do rompimento irremediável (TURNER, 1974:78-79).^[4]

No caso dos acidentes da Paraibuna e da Cataguazes, a poluição dos rios envolveu diferentes grupos sociais em processos de alocação de responsabilidade; rituais de reparação; e disputas pelos recursos naturais, pois a normalidade da vida ordinária foi totalmente alterada. Se os rompimentos das barragens deram início a crises de natureza econômica, política e socioambiental,^[5] não foram poucos os rituais de reparação na intenção de contê-las. Como destaca Turner (1980), a difusão das crises tende a ser contida por certos mecanismos adaptativos e reformadores, informais e formais, que podem variar de conselhos pessoais e arbitragens íntimas a mecanismos legais e desempenho de rituais públicos, a exemplo do banho no rio seguido da ingestão de um copo d'água feito pelo então governador do Estado do Rio de Janeiro, Chagas Freitas, em 1982; e da prisão preventiva de Felix Santana, empresário da Cataguazes, em 2003.^[6]

Todavia, diante de problemas ambientais envolvendo recursos hídricos, enquanto a população sofre os efeitos da interrupção da captação e do abastecimento de água, as comunidades pesqueiras enfrentam também outros impactos, tais como grandes mortandades de peixes; proibição da pesca; desconfiança dos consumidores com queda nas vendas; e, de modo contíguo, perda da biodiversidade e escassez do pescado. A Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul possui, só nos trechos Médio Inferior e Inferior, 05 Colônias de Pescadores.^[7] Assim, na comunidade pesqueira de Gargaú, situada na margem esquerda da foz do rio Paraíba, no município de São Francisco de Itabapoana (RJ), o trabalho de campo realizado de 2003 a 2005 (HUGUENIN, 2006) registrou inúmeros relatos de pescadores acerca dos impactos provocados pelo rompimento da barragem da Cataguazes, conforme alguns excertos abaixo:

[...] a gente não podia botar nem a mão na água. A água tava contaminada mesmo [...]. Chegou a atingir essas

águas. Levou mais ou menos vinte e oito dias essa água preta, fedorenta, que as crianças não podia[m] botar nem o pé; botava, dava coceira; fora o mau cheiro de peixe depois morto” – Amarildo, pescador de água doce.

O peixe – o desastre foi muito grande! [...] Matou bastante peixe, bastante mesmo! Nós não podia andar no mar, no rio, nos riacho que os peixe tava tudo tonto e a perda também foi bastante; escasseou bastante peixe pra nós [...]. Devido o tanto que tinha de peixe no Paraíba. Acabou bastante e a gente tinha mais facilidade de apanhar o peixe e agora tá mais difícil, tanto no mar, quanto no rio, por conta desse desastre ecológico que deu; e pela fauna, também, que houve o desastre pela fauna. Pela fauna que foi nos nossos mangues, nos nossos pastos, pela forma que aonde ela [a mancha] invadiu, ela destruiu bastante, também a terra. Tem lugares que não produz mais. Produz não! Você vê que foi tão difícil, foi tão grave a coisa, que até os gados, morreu. Bastante gado! Foi o bagre, robalo, tainha, tainhota, que morreu mais. Também foi o piau. O piau era um peixe de muita facilidade a gente pescar ele. Hoje em dia, você não acha piau fácil mais. Esses peixes são os peixes mais que respiram. De vez em quando eles estão em cima d’água [...]. O bagre foi de um; foi o que mais morreu. A gente olhava ele por esse Paraíba nosso, pelas beirada: era de bater no barco, nas bateras, nas embarcações, de tanto que tinha. A gente olhava; dava uma tristeza tão grande no coração da gente, que a gente não conseguia nem olhar mais. Tinha um carro cheio de peixe morto. A área aqui nossa, todinha, tanto como aqui, pra lá, as carroça da prefeitura mandava apanhar; as carroça cheia – Vanderlei, pescador de água salgada.

Têm muitas criança que estava na beira da maré; no rio, onde atingiu, ficou cheia de mancha no corpo. As mães teve que correr, porque quando foi avisar [os veículos de comunicação], as criança tava na água. Eu mesmo não botei o pé na água. Fiquei com medo – Zenaide, catadora de caranguejo.

Diante dos dramas sociais que envolvem em seus processos alocações de responsabilidades; rituais de reparação; e disputas pelos recursos naturais, como afirmamos acima, é preciso considerar que os atores envolvidos não

gozam do mesmo status social, prestígio ou poder, o que, à luz da concepção de desigualdade ambiental, implica no fato de que as desigualdades sociais são reproduzidas na relação do ser humano com a natureza. Dito de outro modo, a partilha dos impactos e dos prejuízos econômicos e políticos decorrentes de problemas ambientais não é vivida de modo igualitário, mas reproduz as mesmas desigualdades de classe, raça, gênero e outras encontradas na vida social.

Nesse sentido, revisitamos os problemas resultantes do acidente da Cataguazes de Papel em comunidades pesqueiras da Bacia do Rio Paraíba do Sul 15 anos mais tarde, a partir do projeto “Mulheres na pesca: mapa de conflitos socioambientais em municípios do Norte Fluminense e das baixadas litorâneas”^[8], coordenado pela professora Silvia Martínez e desenvolvido por equipe multidisciplinar da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). A pesquisa visa elaborar e disponibilizar uma cartografia dos conflitos socioambientais que vivem no cotidiano as mulheres das comunidades pesqueiras de sete municípios que compõem as mesorregiões das baixadas litorâneas e do norte do Estado do Rio de Janeiro: São Francisco de Itabapoana, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, Macaé, Quissamã, Cabo Frio e Arraial do Cabo.

Conflitos socioambientais podem ser implícitos ou explícitos (SCOTTO, 1997), e, nos termos de Acselrad (2004), se referem às disputas e aos embates que envolvem diferentes grupos sociais com modos próprios de apropriação, uso e significação do território e de seus recursos, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem limitada sua produção e reprodução social, isto é, seu modo de vida e até mesmo sua existência, em função dos impactos produzidos pelas práticas de outros grupos.

Por outro lado, no âmbito desse grupo social que são os pescadores artesanais, “as construções sociais de gênero repercutem nos modos pelos quais mulheres e homens participam nas atividades produtivas, vivenciam os riscos decorrentes de padrões históricos e hegemônicos de desenvolvimento, assim como as repercussões das políticas de enfrentamento dos riscos” (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012, p. 740). Essas diferenças são perceptíveis, entre outros aspectos, no não reconhecimento da profissão e na

jornada laboral e remuneração diferenciadas. No quadro geral de vulnerabilidade social acentuada nas comunidades costeiras, Maneschy e Álvares (2010) destacam que a atuação feminina no setor se caracteriza pela flexibilidade, conjugada, muitas vezes com precariedade, baixa renda e exclusão de direitos profissionais e sociais, que leva na maioria dos casos à invisibilidade do trabalho feminino (SANTOS, 2016), o que tem gerado diversos conflitos socioambientais.

Ao longo do ano de 2018, percorremos diferentes comunidades pesqueiras da Bacia do Paraíba em trabalho de campo, com destaque para as lagoas situadas no município de Campos dos Goytacazes – Lagoa Feia; Lagoa de Cima; e Lagoa do Campelo – e localidades situadas no território urbano da cidade, na margem do curso Inferior do rio Paraíba, entre elas, o Parque Coroa Grande; o Parque Prazeres; e o Parque Aldeia. Nas comunidades da área urbana, entrevistamos 10 pescadoras e 02 pescadores. Os relatos obtidos revelam como o rompimento da barragem da Cataguazes de Papel atravessa até o presente a memória e o cotidiano pela perda da biodiversidade e a permanência da situação de escassez dos recursos naturais, mesmo após 15 anos do acidente, assim como expressam alguns depoimentos citados abaixo:

Acabou tudo. Acabaram com a natureza. Saíram arrastando tudo e foi acabando tudo. Aquele acidente da Cataguazes, acabou as espécie acabou tudo. [...] Eu com o espinhel dentro d'água, os homes da Defesa Civil veio de barco pra avisar a gente pra tirar o que tivesse dentro d'água que vinha aquele veneno, aquele monte de peixe morrendo. Muita coisa mesmo. Destruiu tudo – Armanda, pescadora (Parque Aldeia).

Depois da Cataguazes o rio não dá mais não... meus irmão pegaram semana passada uma tilapiazinha... achamos até bonito, porque não encontra. [...] Tá ruim pra jogar uma tarrafa. Não tá pra peixe não. Tá muito ruim. Tem época que quando você quer comer um peixe diferente, vai no mercado. Você vê um peixe diferente, você até leva o seu pra vender e compra de outra pessoa ali pra comer algo diferente, de tão difícil que tá... a área nossa aqui tá ruim –

Valdiceia, limpadora e vendedora de peixes (Parque Prazeres).

Manjuba não sumiu porque ela é um peixe que vem do mar. Então, quando o rio Paraíba há quatorze anos, quinze anos atrás, naquela água preta que caiu, então você vê nque via qualquer tipo de peixe morto aqui, mas a manjuba cê não via – Josenira, pescadora, limpadora e vendedora (Coroa Grande).

Dramas sociais são processos que “[...] envolvem, necessariamente, a disputa, o conflito entre partes antagônicas, a alocação de responsabilidades, bem como o conjunto de processos políticos, jurídico-legais e/ou rituais, que servem para encaminhá-los e ajuizá-los” (MELLO; VOGEL, 2004, p. 168). Entretanto, a desigualdade social dos atores e grupos envolvidos que, no caso em tela, diz respeito à existência da desigualdade ambiental, decorre na experiência diferenciada dos impactos causados. Se por um lado a população fluminense teve resgatados a captação e o abastecimento de água, após ritos reformadores das autoridades amparadas em laudos técnicos de sistemas perito,^[9] que asseguraram a boa qualidade da água, as comunidades pesqueiras parecem permanecer até o presente numa situação de liminaridade.

A noção de liminaridade foi definida por Victor Turner (1974) como a fronteira entre uma ordem social que não existe mais e um novo estado que não existe ainda. A partir da concepção de ritual encontrada na obra de Arnold Van Gennep, Turner identifica os momentos de liminaridade que circunscrevem os ritos de passagem como momentos transformadores que balançam a sociedade em sua ‘estrutura de posições’. Essa passagem é experimentada através de três fases distintas: separação, agregação e, entre ambas, o limem ou período liminar, onde não se é isso, nem aquilo e, no entanto, se é isso e aquilo. Nesse momento ‘interestrutural’, onde as posições e as relações estão alteradas em seu estado e em sua classificação, o indivíduo está invisível ou fora do mundo. Daí, por exemplo, o isolamento da noiva antes do casamento e a proibição de que a vejam antes da cerimônia.

Quando pensamos na situação de liminaridade das comunidades pesqueiras localizadas no Curso Inferior do Paraíba, entendemos que pescadoras e pescadores vivenciam de modo particular os impactos causados pelo rompimento da barragem em 2003, assim como os que se seguiram, como o provocado em 2008, pela SERVATIS. O fato é que a sociedade fluminense mantém, em condições de salubridade tecnicamente aprovadas ou não, a utilização dos recursos hídricos do rio, seja para abastecimento doméstico e industrial, seja para irrigação agropecuária ou até mesmo para o despejo de efluentes, resíduos sólidos e esgoto. No entanto, as comunidades pesqueiras permaneceram vivendo às margens de um rio sem peixes que, desde o processo de industrialização e urbanização da região Sudeste, parece ter a degradação por destino.

As populações tradicionais de extrativistas e pequenos produtores que vivem nas regiões de fronteira de expansão das atividades capitalistas sofrem, por sua vez, as pressões do deslocamento compulsório de suas áreas de moradia e trabalho, perdendo o acesso à terra, às matas e aos rios, sendo expulsas por grandes projetos hidrelétricos, viários ou de exploração mineral, madeira e agropecuária. Ou então têm as suas atividades de sobrevivência ameaçadas pela definição pouco democrática e pouco participativa dos limites e das condições de uso de unidades de conservação. Todas estas situações refletem um mesmo processo: a enorme concentração de poder na apropriação dos recursos ambientais que caracteriza a história do nosso país. Uma concentração de poder que tem se revelado a principal responsável pelo que vem sendo chamado de injustiça ambiental. Esta injustiça ambiental é o mecanismo pelo qual as sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, concentram os recursos ambientais sob o poder dos grandes interesses econômicos e destinam a maior carga de danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (ACSELRAD, 2002, p.6).

Pescadores e pescadoras da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul são, desde o rompimento da barragem da Paraibuna de Metais e da Cataguazes de Papel, além dos demais desastres ambientais que já ocorreram e os que permanecem na iminência de acontecer, os 'injustiçados ambientais', pois, sendo vulneráveis não apenas por sofrerem, como de resto toda a população, efeitos dos impactos, tais como a interdição da água, são diretamente atingidos pela escassez de peixes, o que abala diretamente o exercício de suas atividades, o seu sustento e de suas famílias, e o seu próprio modo de vida.

Quando problemas ambientais geram dramas sociais, tanto a vivência quanto a interpretação das rupturas, das crises, das reformas e das possibilidades de reconciliação ou de rompimento são experimentadas de maneiras diferenciadas pelos diversos grupos de uma sociedade, à luz das alteridades depositadas não apenas no plano psíquico, mas, fundamentalmente, nas desigualdades sociais que, no Brasil, consubstanciam verdadeiros hiatos entre classes, raças e gêneros, além de outros.

Considero, então, o drama social, como a matriz experiencial da qual os vários gêneros de desempenho cultural, a começar pelos procedimentos rituais e jurídicos de regeneração e, incluindo, eventualmente, a narrativa oral e literária, têm sido gerados. Rupturas, crises, reintegrações e sucessões fornecem o conteúdo de tais gêneros posteriores, os procedimentos que eles formam. Quando a sociedade se torna mais complexa, quando a divisão do trabalho produz modalidades de ação sociocultural mais especializadas e profissionalizadas, os modos de atribuição de significado aos dramas sociais tendem a multiplicar-se, mas o drama permanece até o fim, simples e inextinguível, como um fato da experiência social de todos e um nódulo significativo no ciclo do desenvolvimento de todos e quaisquer grupos que aspiram à continuidade (TURNER, 1980:154).^[10]

Sem dúvida, um drama social pode revelar muitas coisas à medida que envolve diferentes grupos e indivíduos e, sobretudo, à medida que o tempo passa. Assim, depois de mais de 35 anos do acidente da Paraibuna e de 15

anos do acidente da Cataguazes, a oposição entre um passado de fartura e um presente de penúria e fracasso é um marco temporal importante para as comunidades pesqueiras.

Diversos argumentos foram apontados por Huguenin (2006) quanto à constituição de problemas políticos diante de uma agenda de políticas públicas na área ambiental, como a inexistência de um sistema nacional de emergências ambientais, com equipes preparadas e disponíveis para imediata atuação em situações de tragédia; a falta de um sistema de informação interestadual sobre potenciais riscos ambientais; e a ausência de mecanismos de auditoria ambiental obrigatória, financiados pelas próprias indústrias potencialmente poluidoras e realizadas por instituições independentes do Estado. Todavia, como argumentam Haruf Espindola e Diego Guimarães (2019), as recentes tragédias ambientais e sociais ocorridas em 2015 e 2019, em Mariana (MG) e em Brumadinho (MG), respectivamente, apontam para as inseguranças socioambiental e biocultural brasileira.

Embora os impactos provocados por acidentes ambientais sejam fundamentalmente negativos, o que foi provocado pela Cataguazes de Papel, em 2003, contribuiu para a organização dos pescadores em associações, com o objetivo de cobrar políticas públicas e indenizações pelos prejuízos socioambientais sofridos. A Associação de Pescadores Artesanais da Coroa Grande (APACG) e a Associação de Pescadores Artesanais de Parque Prazeres (APAPP), fundadas logo depois do acidente, foram importantes para promover a obtenção da documentação relativa à atividade de pesca, sobretudo, o Registro Geral da Pesca (RGP), um dos documentos que garante o Seguro-Defeso, já que a pesca em toda Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul fica proibida anualmente de 01 de novembro a 28 de fevereiro, em função do período da Piracema estabelecido para as espécies.^[11] Nas falas dos entrevistados, a criação das associações foi fundamental para a garantia de seu reconhecimento como profissionais da pesca:

Depois dessa Cataguazes, que caiu essa água preta no rio Paraíba, tudo piorou, né? Assim, melhorou de um lado que nós fomos reconhecidos. Hoje em dia nós somos

cadastrados, nós temos nossos direito que é de lei. Antigamente, nós não tinha, antes de cair essa água. Mas prejudicou muito, porque diminuiu o peixe, acabou. Deu uma boa diminuída o que a gente ganhava há 15, 16 anos atrás, piorou bastante devido a essa água preta que caiu no rio Paraíba. E até hoje, nós tivemos audiência e tudo mas até agora nada e pelo jeito nós não vamos ganhar nada, porque infelizmente nós somos uma classe zero pra muitas pessoas – Adriana, pescadora da comunidade de Coroa Grande.

É... porque o que que aconteceu... nós era praticamente clandestina né... foi através da... há males que vem para o bem... foi através dessa água preta que começou [a Associação] – Josenira, pescadora da comunidade de Coroa Grande.

Quando foi em dois mil e quatro, quando teve o acidente com a Cataguazes, que caiu veneno no Rio. Aí, os pescadores não tiveram onde pescar, daí surgiu a Associação, daí que começou. Porque, até então, eles sempre foram pescador, mas não tinha essa informação. Tinha as colônias, mas as colônias é distante, no caso nosso aqui, era São João da Barra e Farol, só que eles não tinham esse conhecimento que os pescadores poderiam se legalizar, esses documentos eles não tinham esse conhecimento. Aí, quando aconteceu esse acidente, foram e veio a pessoa e procurou, daí que surgiu a Associação. Então, com isso, os pescadores não sabiam da existência da documentação, como que eles poderiam fazer e aí foi criada a associação por isso – Juliana, secretária da APAPP.

O resultado processual de um drama social é sempre a mudança estrutural da sociedade. “A fase final consiste ou na reintegração do grupo social perturbado [...] ou o reconhecimento social da irreparável ruptura entre as partes em confronto, às vezes levando à sua separação espacial” (TURNER, 1980:147).^[12] No caso dos pescadores das comunidades de Parque Prazeres, Parque Aldeia e Coroa Grande, podemos afirmar que o drama vivido os colocou numa posição ambígua, ou melhor, liminar. Por um lado, foram

finalmente reconhecidos pelo Estado, saindo da “clandestinidade” e tendo garantidos seus direitos legais como profissionais da pesca. Por outro, enfrentam a escassez de um rio onde quase não há o que pescar.

A questão do reconhecimento identitário dos pescadores em virtude do drama socioambiental provocado pela Cataguazes nos instiga a pensar além... Sabemos, de acordo com a literatura e com as informações obtidas no trabalho de campo no âmbito do projeto “Mulheres na Pesca”, que a invisibilidade é fundamentalmente a condição das mulheres envolvidas na cadeia de pesca, seja como pescadoras ou como trabalhadoras de apoio^[13]. A invisibilidade pode ser pensada desde dentro, na divisão sexual do trabalho (ALENCAR, 1993; KERGOAT, 2009) das comunidades pesqueiras, ou mesmo na visão externa dos pesquisadores (MOTA-MAUÉS, 1999) e, sobretudo, nas políticas públicas de ordenamento pesqueiro que formulam as documentações necessárias para o exercício profissional e a obtenção de direitos sociais, como os previdenciários.

De acordo com o balanço realizado por Martínez; Ribeiro; Souza (2019) sobre a produção científica acerca da situação das mulheres em comunidades pesqueiras brasileiras, o gênero é uma variável estruturante da organização social e, ao ser adotado na análise das comunidades pesqueiras, adicionou uma dimensão nova, ‘demonstrando as relações de poder existentes na pesca entre homens e mulheres e ressaltando a invisibilidade do trabalho feminino’. É necessário, portanto, um exercício de reflexão no contexto das comunidades do entorno do Paraíba que coloque em perspectiva os pescadores (com destaque para as mulheres), cuja identidade profissional foi reconhecida no pós-desastre da Cataguazes, mediante a organização social do grupo em associações, em relação aos trabalhadores da pesca de outras comunidades, cujo reconhecimento se constitui no processo de outros dramas. Esperamos que nossa participação no grupo de trabalho **Antropologia Política das Situações de Crise** mereça críticas instigantes à problemática.

Notas

[1] Para mais informações, ver a obra *Bacia do Rio Paraíba do Sul*. O livro da Bacia, produzido pela Agência Nacional de Água (ANA). Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sge/CEDOC/Catalogo/2001/BaciadoRioParaibadoSul.pdf>. Retirado em 30/05/19.

[2] Para mais informações, ver a resultado de pesquisa feita pela e divulgada no portal de notícias G1, disponível em: <https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2019/04/26/g1-apura-presenca-de-agrotoxicos-na-agua-consumida-em-50-municipios-do-interior-do-rio.ghtml>. Retirado em 07/06/2019.

[3] Para mais informações, ver o *Relatório de visita e avaliação do acidente ambiental no rio Paraíba do Sul, trecho entre São Fidélis e São João da Barra, 2008*, produzido pela Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ).

[4] Tradução de Arno Vogel.

[5] O levantamento feito por Huguenin (2006) acerca das manchetes e reportagens da imprensa local descrevem um cenário de crise a partir da alteração da rotina, na qual a falta de abastecimento de água nos anos dos desastres alarmou a população fluminense, culminando em atitudes extremadas e emergenciais, tais como aberturas de poços artesianos nas residências; inflação do preço da água mineral nas mercearias e nos supermercados; migração provisória de famílias para outros municípios; interdição das praias da região; disputa da população pelo abastecimento realizado a partir de carros-pipa enviados pelas prefeituras, inclusive com uso da força policial; cancelamento das aulas em escolas, faculdades e universidades; suspensão das atividades em repartições públicas, consultórios médicos e dentários; redução da jornada de clínicas e hospitais; restrições no funcionamento do comércio e dos expedientes das indústrias; prejuízos nas atividades de agricultura e pecuária; além da realização de manifestações da sociedade civil na arena pública, exigindo medidas das autoridades.

[6] Segundo Huguenin (2010), a poluição do Rio Paraíba do Sul causada pela Cataguazes ocorreu no período designado para a quaresma na tradição católica. Naquele ano, porém, o então bispo da região, Dom Roberto Guimarães, com a devida autorização papal, permitiu que os fiéis consumissem carne vermelha durante os festejos pascais.

[7] Colônia de Pescadores Z-25, representando os pescadores dos municípios de Resende, Porto Real, Quatis, Barra Mansa, Volta Redonda, Pinheiral, Barra do Piraí e Piraí; Colônia de Pescadores Z-21, representando os pescadores de São Fidélis, Cambuci, Itaocara, Aperibé, Santo Antônio de Pádua e Cantagalo; Colônia de Pescadores Z-19, de Campos dos Goytacazes; Colônia de Pescadores Z-02, de São João da Barra; e Colônia de Pescadores Z-01, de São Francisco de Itabapoana.

[8] Pesquisa desenvolvida para atender ao TAC de acordo com o seguinte parâmetro: “A realização do projeto Mulheres na Pesca é uma medida compensatória pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa Chevron, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF / RJ, com implementação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio”.

[9] A noção de “sistemas peritos” proposta por Giddens (1991) é bastante proveitosa na interpretação de problemas ambientais, pois, ao especialista se empresta autoridade dentro de um universo abstrato que o diferencia do leigo. Os sistemas peritos, portanto, são “[...] sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (GIDDENS, 1991:35).

[10] Tradução de Arno Vogel.

[11] Ver a norma nº 195, instituída pelo IBAMA, em 2008.

[12] Tradução de Arno Vogel.

[13] De acordo com a Instrução Normativa INSS/PRES nº 85, de 18 de fevereiro de 2016, são considerados pescadores artesanais aqueles que pescam sem embarcação ou que usam embarcação de pequeno porte, assim como mariscadores, caranguejeiros, catadores de algas, observadores de cardumes ou outros que exerçam atividades similares, a despeito da denominação empregada. São assemelhados ao pescador artesanal, aqueles que realizam atividades de apoio à pesca artesanal, exercendo trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca e de reparos em embarcações de pequeno porte ou atuando no processamento do produto da pesca artesanal.

Bibliografia

ACSELRAD, Henri. **Quatro teses sobre políticas ambientais ante os constrangimentos da globalização**. In: www.mma.gov.br. 2002

ACSELRAD, Henri. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALENCAR, Edna F. "Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras". In: FURTADO, Lourdes Gonçalves; LEITÃO, Wilma; FIÚZA DE MELO, Alex (Org.). **Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia**. Belém: MPEG, 1993. p. 63-81

DE SOUZA JR., Daniel. A degradação da bacia do rio Paraíba do Sul. **ENGEVISTA**, v. 6, n. 3, 2004, p. 99-105.

ESPINDOLA, Haruf Salmen; GUIMARÃES, Diego Jeangregório Martins. História Ambiental dos Desastres: uma agenda necessária [Debate]. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 560 - 573, jan./abr. 2019.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: USP, 1991.

HUGUENIN, Fernanda Pacheco. **Desastres ambientais no rio Paraíba do Sul do ponto de vista dos pescadores de Gargaú: dramas e "ofensas" para uma Antropologia Política**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2006.

HUGUENIN, Fernanda Pacheco. O rio, o homem, o drama. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamago**, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 4 n. 1, p. 11-36, jan. / jun. 2010.

KERGOAT, Danièle. "Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo". In: HIRATA, Helena (et al.) (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MANESCHY, M. C; SIQUEIRA, D. E ÁLVARES, M. L. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(3): 384, setembro-dezembro/2012 pp713-737.

MANESCHY, M. C; ALVARES, M. L. M. . Mulheres na pesca: trabalho e lutas por reconhecimento em diferentes contextos. **Revista Coletiva**, v. 1, p. out/dez/2010, 2010.

MARTINEZ, S. A.; RIBEIRO, N. S.; SOARES, S. R. "Mulheres em comunidades pesqueiras no Brasil: um balanço da produção em teses e dissertações (2007-2017)". In: MARTINEZ, S; HELLEBRANDT, L. (Orgs.) **Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil**. Campos dos Goytacazes/RJ: EDUENF, 2019.

MOTA-MAUÉS, Maria Angélica. Pesca de homem/Peixe de mulher(?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. **Etnográfica**, vol.III (2), 1999, p.377-399.

MELLO, Marco. A.; VOGEL. Arno. **Gente das areias: História, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro**. Maricá, RJ – 1975 a 1995. Niterói: EdUFF, 2004.

SANTOS, Valdir Junio dos. Cadeia produtiva do pescado e a invisibilidade feminina: prática, representação e apropriação. In: TIMÓTEO, Geraldo. **Educação Ambiental com Participação Popular: Avançando na Gestão Democrática do Ambiente**. Campos dos Goytacazes, Fundenor, 2016, pp 139-154.

SCOTTO, Gabriela. “Conflitos socioambientais”. In: _____. **Conflitos ambientais no Brasil: natureza para todos ou somente para alguns?** Rio de Janeiro: IBASE, 1997.

TURNER, Victor. “Dramas, fields and metaphors”. In: _____. **Dramas, fields and metaphors: Symbolic action in human society**. Ithaca London: Cornell University Press, 1974.

TURNER, Victor. “Social dramas and stories about them”. In: _____. **Critical Inquiry**. Autumn, 1980, vol.7, n.1.